

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CONTADORES 2010**

Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e dez, às nove horas, reuniram-se no Auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, os membros do Concontábil para Reunião Ordinária. Deu início a presente reunião o Contador do Município de Vitor Meireles, Luiz Carlos, juntamente com o Controlador Interno do Município, André, os quais deram boas vindas a todos. Após, Darci Weber, Coordenador do Concontábil, relatou resumidamente os assuntos a serem abordados. Passou a palavra para o Assessor Contábil da AMAVI, Valmir Batista, o qual comentou primeiramente sobre a LDO 2011. Sugeriu ao grupo tratar deste assunto na reunião do mês de agosto, visto que a maioria dos municípios elaborarão a mesma neste período. Valmir comentou sobre a disponibilização de servidores da prefeitura para outros órgãos, questionando a questão do ônus. Pediu para que todos verificassem em seus municípios se há servidores nesta situação para que seja discutido o assunto em reuniões futuras. O Assessor Nilson questionou sobre a atitude a ser tomada quando não cumpridos os projetos do Plano Plurianual. Valmir relatou que pode se fazer ajuste e revisão do PPA, dizendo ser permitidas alterações de projetos neste, com o encaminhamento de uma mesma lei alterando a LDO e PPA. Outro assunto abordado foi a limitação de empenho, alertando para fazer quando necessário, conforme fonte de recursos e metas bimestrais. Nilson questionou se a Câmara necessita fazer limitação de empenho juntamente com a Entidade Prefeitura. Valmir orientou que a Câmara deve ser repassado apenas o valor orçado e que esta terá que tomar a iniciativa de limitar empenho se for o caso. Frisou que neste ano o repasse à Câmara é de sete por cento e não mais oito como em anos anteriores. Após Valmir falou sobre o Sindicont que promoverá a Palestra de Contabilidade Pública, no mês de setembro, no auditório da AMAVI, e pediu a participação de todos. O Contador Ivo comentou que o horário da palestra passada prejudicou a participação dos contadores. Valmir comentou sobre o curso de Contabilidade Pública promovido pela EGEM, recomendando para quem está atuando a pouco tempo, especificamente para os Controladores Internos, devido ao pouco conhecimento destes sobre contabilidade. Valmir comentou que divulgou este evento na reunião dos controladores e que estes se comprometeram a participar. Relatou que o evento acontecerá dias dez e onze de junho, orientando fazer inscrição no site da FECAM. Outro evento destacado por Valmir foi O Ciclo de Estudos do TCE, provavelmente na segunda quinzena do mês de julho, em Rio do Sul. Após Valmir comentou sobre o orçamento dos municípios, sugerindo coletar dados destes para que a AMAVI possa disponibilizar aos cidadãos que venham pedir informações nesta. O Contador Ademir sugeriu informar os dados diretamente no site da AMAVI. Valmir solicitou que os membros presentes tragam para a próxima reunião dados de seus municípios sobre gastos com saúde e educação, receita e despesa, sugerindo mandar um e-mail as prefeituras sobre estes dados. Jairo sugeriu que fosse enviado os relatórios da LRF em arquivo PDF. Nilson sugeriu que fosse feita uma planilha no site da AMAVI para que cada município pudesse preencher seus dados. Logo após Valmir comentou sobre a emissão da certidão do TCE. Comentou que alguns municípios não receberam devido a problemas no e-Sfinge. O Contador João falou que o município de Vidal Ramos teve problemas com data de publicação do RGF, gerando problemas com o e-Sfinge. O Contador Ivo comentou que o não preenchimento em dia do SISTN impede a liberação da certidão. Valmir comentou sobre a Tabela de Destinação de Recursos, a qual será avaliada pelo TCE. Comentou que o TCE por enquanto não fará avaliação por fonte de recurso, mas que recomenda o controle destes. Valmir também comentou sobre cooperativas de crédito, em que o TCE não admite fazer aplicação financeira. Mencionou haver dois prejudicados sobre o assunto e se comprometeu a passar via e-mail. Quanto a Lei Complementar 131 o TCE verá a posição a ser tomada, relatando que no ano de dois mil e treze começará a vigorar a lei para municípios abaixo de cem mil habitantes. Em relação a alimentação escolar de compra direta de agricultura familiar o TCE sugeriu orientação conforme Lei 8.666/1993. Valmir comentou de não haver importância para o TCE quanto a forma de inscrição do CNPJ dos Fundos Municipais de Saúde. Relatou

também que os Fundos Municipais de Assistência Social não precisam ter CNPJ próprios, havendo um equívoco do Estado e que este enviou ofício retificando o assunto. Foi comentado que a Receita orienta que os Fundos Municipais de Saúde devam ter inscrição de CNPJ como matriz. A Contadora Luciana questionou sobre haver necessidade de preenchimento da DCTF para o Fundo Municipal de Saúde como matriz. Darci frisou que a DCTF deve-se fazer mensalmente e que precisa ser feito também a do Fundo Municipal de Saúde. Salientou que há necessidade de certificação digital para este por ter CNPJ próprio. João afirmou que a multa por envio em atraso da DCTF é de R\$ 250,00(duzentos e cinquenta reais) para a transmissão voluntária e R\$ 500,00(quinhetos reais) quando ocorrida a notificação pela Receita. Ivo orientou sobre os procedimentos para adquirir a certificação digital pelo período de um ano. Relatou os documentos exigidos: ata da posse, cartão CNPJ, comprovante de residência, cópia do RG, CPF e foto 3x4 do prefeito. Preencher dados no site do Correio para agendamento de horário neste ou se dirigir ao Sindicato de Contabilidade. Nilson sugeriu verificar com a Receita para informar com clareza os prazos e procedimentos de transmissão de DCTF, solicitando também avisar os prefeitos sobre as multas geradas pela DCTF pois esta não notificou os contadores a tempo para que pudessem enviar dentro do prazo da nova periodicidade. Valmir se prontificou em falar com Valda, responsável na Receita Federal, Unidade de Rio do Sul. Foi comentado sobre o acordo com Ministério Público para fiscalização de atos de pessoal. O Controle Interno deve emitir parecer sobre estes. Na próxima reunião de colegiado, dias um e dois de junho, na AMAVI, irão os Coordenadores do Concontrole e Concontábil para questionar assuntos como PASEP, dívida fundada, precatórios, recondução dos limites de pessoal, entre outros. Logo após o Prefeito de Vitor Meireles, Ivanor Boing, compareceu à reunião para dar boas vindas a todos. Comentou que é fundamental a formação do colegiado pois é uma forma de socializar problemas e soluções. Após se retirou, devido a outros compromissos agendados. Vilmar comentou sobre precatórios, salientando que os municípios que não possuíam precatórios não precisavam fazer a opção de pagamento. Ivo questionou sobre como proceder em relação aos municípios que não possuem precatórios atualmente e que, por isso, não fizeram a opção, e que venham futuramente adquiri-los. Darci comentou que estes municípios terão outro prazo para fazer opção de pagamento. Logo após Valmir pediu sugestões de assuntos para pauta em reuniões. Darci disse ter dúvidas com despesas de servidores da saúde. O Contador Jairo orientou fazer um empenho global, para despesas com alimentação dos servidores da saúde, com pagamento direto ao fornecedor. Darci mencionou que em Rio do Campo estas despesas são pagas ao fornecedor, neste caso, ao restaurante. Jairo questionou como pagar as despesas do Conselho Tutelar. A Contadora Luciana relatou que o TCE orientou incluir no Jeton estas despesas. Nilson comentou que o Jeton serve para indenizar despesas com diárias para quem não possui vínculo empregatício. Relatou que ofício e Ata asseguram a indenização. A seguir foi relatado sobre FGTS para contratados temporariamente. Valmir comentou que este assunto é voltado ao RH e que este possui suporte jurídico. Foi relatado o assunto na reunião apenas com intuito de acrescentar informações. O Contador Ivo questionou sobre o pagamento de direitos trabalhistas. Nilson comentou sobre acidentes causados por locais sem sinalização e que as prefeituras correm risco de serem processadas e terem que indenizar cidadãos que venham a sofrer acidentes. Luciana questionou sobre a ausência do CIPA nas prefeituras. Após, Valmir alertou que o INSS está fazendo fiscalização sobre prestação de serviços de pessoa física e jurídica. Foi comentado também sobre devolução de IPTU ao contribuinte a qual precisa constituir um processo comprobatório muito bem fundamentado. Nilson questionou sobre problemas ocorridos com ressarcimento de ITBI quando a compra de terrenos ainda não se efetivou. Valmir orientou que o está dentro do código tributário. Logo após, Darci questionou sobre como proceder com empreendedor individual. Nilson sugeriu criar lei adequando para vigorar no exercício seguinte. Foi comentado que a AMAVI elaborou minuta regulamentando o assunto, destacando a isenção de taxas. O Assessor Nilson sugeriu verificar esta isenção de taxas afirmando não ser possível tal isenção, pedindo para verificar com os Secretários no Confaz. Darci relatou sobre o CAUC afirmando ter três municípios com pendências neste, nos itens 100, 301 e 501, sendo o 301 referente ao SIOPE. Deve-se enviar o Anexo 10 do Balanço 2009 à Caixa Econômica para baixar o item 100. A senha para transmissão é

passada para o(a) Secretário(a) de Educação. Orientou que o SIOPS, a partir de dois mil e dez, deve ser enviado a Comunicação de Usuário, retirada diretamente do site do datasus. Relatou possuir treze municípios com tal pendência. Foi comentado sobre o Sexto Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais, o qual deve-se fazer a inscrição no site da FECAM. O transporte de ônibus não será disponibilizado. Darci verificou hotéis, mencionados no site da FECAM, sendo o Hotel Kleinville um dos mais acessíveis. Valmir aconselhou a todos fazerem uma pré reserva. Após Darci divulgou o saldo das mensalidades, totalizando até o dia vinte de maio o valor R\$ 2.79,74 (dois mil e setenta e nove reais e setenta e quatro centavos). Após Valmir sugeriu trazer um assunto a ser pesquisado para discutir em reunião. Nilson sugeriu constituir uma instrução normativa e aplicar de forma padrão nos municípios. Valmir disse ser possível a contabilidade normatizar. Um dos assuntos sugeridos foi o transporte escolar com normatização da AMAVI. Ivo questionou sobre a licença de DETER para o transporte terceirizado. Darci pediu sugestão de assuntos para a próxima reunião. Nilson sugeriu para Darci formar a pauta e na próxima reunião os membros trarão sugestões. A Contadora Luciana sugeriu o assunto INSS. Ademir questionou sobre rádio e credenciamento. Ivo comentou que os atos oficiais não podem ser pagos à rádio. Nilson orientou licitar e contratar empresa de publicidade em rádio, televisão e jornal para evitar problemas com multas e processos. Ademir questionou sobre a legalidade de se pagar a Undime. Luciana falou que há um prejudgado do TCE afirmando que tal despesa não pode ser paga. Logo após foi escolhido local para a próxima reunião, sendo a cidade Vidal Ramos, no dia vinte e quatro de junho. João comentou que possivelmente em Vidal Ramos será visitado a empresa Votorantim, pedindo pontualidade para a próxima reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Adriana R. S. A. de Oliveira, lavrei a presente ata, assinada por mim e por todos os presentes.